



Diálogos

ISSN 2177-2940



Entre o passado e o futuro: o Visconde de Taunay no limiar da República

<https://doi.org/10.4025/dialogos.v27i1.63146>

Isadora Tavares Maleval

<https://orcid.org/0000-0003-4882-7907>

Universidade Federal Fluminense (UFF). Campos dos Goytacazes-RJ, BR

E-mail: isadoramaleval@gmail.com

Between the past and the future: the Viscount of Taunay on the beginning of the Republic

Abstract: The outset of the Republic in Brazil stimulated an intense literate production that ends up serving as an important source to understand such context. In this article we focused on the work of the Viscount of Taunay (1843-1899), starting on the analysis of three publications: *Império e República* (1933), *Memórias* (1948) and *O encilhamento* (1894). From such texts, whose criticism of the republican novelty was notorious as opposed to nostalgia for the monarchical past, we demonstrate the keen perception of the writer's temporality – as someone who perceived himself in the transition between two times.

Key words: Literate culture. Viscount of Taunay. Republic. Temporality.

Entre el pasado y el futuro: el Vizconde de Taunay en el umbral de la República

Resumen: La inauguración de la República en Brasil instigó una intensa producción literaria que termina sirviéndonos como una fuente importante para comprender ese contexto. En este artículo, nos centramos en el trabajo del vizconde de Taunay (1843-1899), basado en el análisis de tres publicaciones: *Império e República* (1933), *Memórias* (1948) y *O encilhamento* (1894). Partiendo de tales textos, cuya crítica a la novedad republicana fue notoria en contraste con la nostalgia por el pasado monárquico, demostramos la aguda percepción de la temporalidad del escritor, como alguien que se percibió a sí mismo en la transición entre dos tiempos.

Palabras clave: Cultura letrada. Vizconde de Taunay. República. Temporalidad.

Entre o passado e o futuro: o Visconde de Taunay no limiar da República

Resumo: A inauguração da República no Brasil instigou uma intensa produção letrada que acaba nos servindo como fonte importante para entender aquele contexto. Neste artigo, toma-se como foco a obra do Visconde de Taunay (1843-1899), a partir da análise de três publicações: *Império e República* (1933), *Memórias* (1948) e *O encilhamento* (1894). Partindo de tais textos, cuja crítica à novidade republicana era notória em contraposição à nostalgia pelo passado monárquico, demonstramos a aguçada percepção da temporalidade do escritor – como alguém que se percebia na transição entre dois tempos.

Palavras-chave: Cultura letrada. Visconde de Taunay. República. Temporalidade.

Recebido em: 17/05/2022

Aprovado em: 10/01/2023

Os anos que se seguiram ao início de vida republicana foram de extrema agitação no Brasil. A querela entre opositores e partidários do novo regime foi uma constante, resultando em uma cultura letrada que acaba nos servindo como testemunha daqueles momentos turbulentos.

As opiniões destoantes em relação à República eram apregoadas sobretudo por meio de escritos de ocasião, como a imprensa periódica. Muitos homens de letras, assim, posicionavam-se frente aos acontecimentos recentes e podem ser categorizados como “publicistas”: indivíduos que,

partícipes daqueles “novos tempos”, faziam o “uso público da razão”, transformando-se em escritores políticos, que, portanto, agiam através da escrita em seu tempo e interviam na coisa pública (JOUHAUD, 1985, p. 12).

Podemos perfeitamente localizar dentro desse quadro a extensa produção de Alfredo d’Escragno Taunay (1843-1899) – o Visconde de Taunay. Ao escrever artigos para periódicos com tiragem expressiva, tais como o *Jornal do Commercio*, o visconde expôs incessantemente suas opiniões negativas a respeito do regime republicano. É o caso da coletânea intitulada *Império e República* (1933), um aglomerado de textos que haviam sido divulgados primeiramente em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo depois do golpe, mas também de escritos notadamente memorialísticos, como sua autobiografia, publicada com o título de *Memórias* (1948). No campo da literatura, é possível incluir no mesmo conjunto de textos antirrepublicanos o romance *O encilhamento* (1894).

Partindo de tais fontes, este trabalho pretende demonstrar não só o posicionamento político do escritor, como também colaborar com os debates historiográficos mais recentes, em torno do papel da imprensa e dos impressos na construção da opinião pública e na consolidação de determinadas culturas políticas. Por isso, a análise privilegiará certas perspectivas que têm sido estimuladas pela história dos livros e dos impressos, entendidos como relatos do tempo em que foram elaborados e como agentes que intervieram nos processos e episódios que constituem a história.

Também é proposta uma reflexão em torno da aguçada percepção da temporalidade que se apresenta nos escritos e opiniões do Visconde de Taunay. Trabalhamos com a ideia de que o publicista se entendeu na transição entre dois tempos e transmitiu essa sensação através da pena. Império e República surgem, nesse sentido, não apenas como diferentes regimes políticos, mas como dois modelos de sociedade e, ao fim e ao cabo, dois modos de vida (ALONSO, 2009, p. 134 e p. 141). Fazendo um breve paralelo com o caso francês, investigado por François Hartog (2013, p. 93-132) e rapidamente por María Inés Mudrovci (2018, p. 12), um tal sentimento de ruptura foi vivenciado – lá – pelos revolucionários de 1789, mas também pelos reacionários (já que uma reação é sempre uma ação em relação a algo). Wilma Peres Costa também problematiza a relação entre a desilusão do visconde com a República e a abertura um tempo “propício à [escrita da] história”, comparando as produções de Taunay a partir de 1889 com o comentário de François-René Chateaubriand, que considerava as transições períodos propícios para a história, haja visto que colaboram para “lançar os olhos ao mesmo tempo para o passado e para o futuro” (COSTA, 2016,

p. 19)¹. Para o que nos interessa neste artigo, é possível intuir que Taunay utilizou de forma consciente essa perspicácia de uma vivência entre dois tempos, reagindo de forma muito clara a favor do regime antigo, em detrimento da novidade republicana.

Livros e impressos no final do oitocentos

Como em outras partes do mundo ocidental, o *fin-de-siècle* oitocentista foi de grande instabilidade no Brasil. Os eventos políticos evidentemente explicam parte desta assertiva: o fim da era monárquica através do golpe republicano, em 1889, era motivo suficiente para mobilizar homens e mulheres a (res)significar os acontecimentos recentes e a pensar as possibilidades que o novo e imprevisto futuro traria.

Nos círculos letrados as reflexões em torno do rompimento na forma de governo que representava não apenas uma maneira de administrar o país, mas um estilo de vida em sociedade – a sociedade de Corte (ELIAS, 2001)² –, tornou-se recorrente. Artigos publicados em jornais, revistas e magazines, além de livros inteiros, eram dedicados a pensar sobre o fim do antigo regime e o início de vida republicana.

Como em outros momentos igualmente tensos, é normal que se tenha ao menos dois vieses para a mesma questão. No caso em específico de que tratamos, de um lado estavam os monarquistas “convictos”, homens que sofriam pelo fim do Império e que utilizavam todas as plataformas de que dispunham para criticar a República. De outro lado, haviam aqueles que ansiavam pelo momento atual, visto como um “sinal dos tempos”. A República, nesse sentido, era o destino inescapável da nação brasileira – o ponto para o qual todo Estado civilizado e evoluído convergiria.

Não podemos, contudo, dirimir a problemática de forma simplista como uma querela apenas entre monarquistas e republicanos. Partindo de uma bibliografia recente, que colabora com a discussão proposta neste texto, importa comentar sobre uma “nova cultura democrática e científica” absorvida pela elite brasileira, que via no progresso o ápice da “marcha da evolução”. Inclusive, de acordo com Maria Tereza de Mello, o emprego desse discurso por monarquistas foi um poderoso instrumento de desqualificação do próprio sistema monárquico, visto que evidenciava a falência da antiga rede simbólica em dar conta da realidade (MELLO, 2009, p. 19).

Nesse sentido, o tempo era visto como ator e construtor da história, a qual era narrada em etapas, que iam da mais simples à mais complexa. Politicamente falando, havia uma retórica que

1 Ao analisar a produção de Taunay no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a autora percebe que antes do texto “A cidade de Mato Grosso (Vila Bela), o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima”, publicado no periódico daquela associação em 1891, os escritos Taunay estiveram ligados às aspirações de um cronista, “aquele que, como testemunha ocular relata o que viu para registro dos coevos e apreciação dos pósteros” (COSTA, 2016, p. 18).

2 Angela Alonso trata da passagem de uma sociedade de corte para uma sociedade cidadina (2009, p. 135).

respaldava a ideia de que a monarquia devia, necessariamente, ceder passagem à república – vista como o regime da democracia, da ciência e da razão, ou, tão somente, como uma necessidade ou uma fatalidade, signo dos novos tempos.

Inclusive, essas diferentes leituras da República eram discutidas no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), conforme salientou Francisco Gouvea de Sousa (2015). Sintetizadas sob a égide de duas “molduras”, conspiração ou proclamação, a ruptura política era sentida e refletida na agremiação, fosse através de comentários (no caso de sua leitura “revoltosa”) ou de trabalhos *de história* (para aqueles que vivenciaram 1889 como algo inevitável), em que pese a complexidade da definição desse ofício naquele momento. Isso porque, no que diz respeito ao argumento da inevitabilidade da República, urgia a necessidade de efetuar uma escrita da história que vislumbresse os seus “precursores”, selecionando tanto eventos, quanto personagens (SOUSA, 2015, p. 214-215).

No entanto, mesmo entre aqueles que encaravam a República como uma necessidade histórica (MELLO, 2009, p. 31), havia dissonâncias quanto à maneira como o faziam, se de forma positiva ou com imensa dor. Essas opiniões – e por que não, sentimentos – só são possíveis de serem apreendidas porque a passagem entre os séculos foi também o momento da intensificação da cultura letrada no Brasil. O movimento que teve início nas décadas de 1820 e 1830, da criação de tipografias e editoras, da impressão cada vez em maior escala de periódicos e livros, cresceu exponencialmente ao longo de todo o século XIX. Próximo à época da queda de D. Pedro II sabe-se que houve o estabelecimento de um sem número de veículos de imprensa no país (AZEVEDO, 2009, p. 89), a ampliação de alfabetizados (BESSONE, 2014, p. 160) e já não era incomum ter homens que vivessem exclusivamente da pena.

Alguns autores denominam esses intelectuais³ de *publicistas*, homens que, sem serem exclusivamente historiadores ou filósofos, podiam atuar em ambas as áreas, pois misturavam a filosofia, a literatura e a história, unindo sob “[...] uma forma impressionante e rápida todos os elementos das questões à medida que eles se sucedem [...]”, condensando em algumas páginas a vida de uma época (BLOCK, 1884, p. 745). Assim, será averiguado o quanto o Visconde de Taunay agia, por meio da escrita, em seu tempo e intervivia na *coisa pública*. Entende-se, para tanto, o papel de homem de letras como aquele que atuava nas mais variadas áreas da vida social (militar, política, no jornalismo, nos estudos científicos ou na literatura, como era o caso de Taunay), encarando a escrita “como uma espécie de missão civilizadora” (CARVALHO, 2009, p. 51). Nesse caso,

3 Termo representativo do período em questão. Aquele que se engajava publicamente em função de algum tema era denominado como intelectual. Na França sabe-se que essa discussão tem suas origens no caso Dreyfus. Excelente exemplo foi dado por Émile Zola, que se posicionou contra a injustiça impingida ao general Dreyfus, acusado de traição ao Estado francês durante a guerra franco-prussiana, no texto intitulado *J'accuse* (SIRINELLI; ORY, 2004).

reforçamos a ideia de que a produção de textos deve ser encarada como forma de ação política (ALONSO, 2000, p. 41)⁴.

Faz-se necessário, para tanto, observar a articulação com a política que a história dos impressos pode ajudar a promover. Antes, devemos conceituar o que entendemos por “política” e, consequentemente, por “Estado”. A partir da inovação da história política (RÉMOND, 2003), ocorrida na década de 1980, o campo abriu-se para uma ótica multifacetada e dinâmica de Estado, na qual o enfoque não se restringe apenas a instituições políticas e administrativas. Ele deve ser pensado, portanto, de modo a abranger várias esferas, como aquelas voltadas para as questões político-culturais, compostas de relações diversas na capital da República recém-inaugurada que entrelaçam desde espaços de sociabilidades, cultura letrada, cultura popular, representações simbólicas até as ações políticas formais.

Inserimo-nos, portanto, no campo de estudos relacionados à temática da história do livro e da imprensa (LUCA, 2005, p. 111-153). Isto porque essa história dos impressos, entre outros aspectos, aproxima a palavra ao poder, entendendo-se que para se apossar do segundo é necessário tomar a primeira, difundindo-a através de jornais, panfletos, livros e quaisquer outros suportes que possibilitem direcionar aos habitantes de uma sociedade informações novas, que se multiplicam pela força do impresso, a despeito de sua difusão ainda estar muito calcada na oralidade. Compreendemos, a partir dessa explicação, que a escrita, no sentido amplo do termo, possibilitou o surgimento de um espaço público de poder no Brasil oitocentista (GUERRA; LEMPÉRIÈRE, 1998, p. 5-21; MOREL, 2005; NEVES, 2003, p. 36-48).

Neste sentido, argumentamos que há necessidade de recorrer à análise não apenas do conteúdo dos impressos e de suas apropriações (CHARTIER, 1992, p. 211-238), como também da trajetória de letrados ou *publicistas*. Desse modo, privilegiaremos o conjunto de procedimentos que tornam o escrito, impresso, e o “lugar” a partir do qual se irradiam as interseções que ajudam a estruturar a realidade social. Este ponto é paradigmático para a compreensão da larga obra do Visconde de Taunay, que, como homem de seu tempo, acabou refletindo e agindo sobre ele por meio da escrita, consubstanciada pela impressão em larga escala, fosse em periódicos, fosse em livros.

O Visconde de Taunay entre as armas e a pena

Vale, nesse ponto, comentar um pouco sobre a biografia daquele letrado, que, a despeito de ser conhecido por sua extensa carreira literária, tinha formação militar. Essa escolha, de início uma

4 Com isso, conforme já expressamos, não esquecemos as demais facetas do visconde, que denotam outros modos de intervir na sociedade, como sua atuação política pelo Partido Conservador, entre os anos de 1872 e 1889.

imposição familiar (TAUNAY, 1948, p. 69), direcionou a sua trajetória, que foi marcada profundamente pela Guerra do Paraguai. A princípio, foi enviado, em 1865, para o Mato Grosso na comissão de engenheiros, com a missão de repelir os paraguaios daquela província. Conhecido pela alcunha de “Xenofonte brasileiro”, Taunay escreveu notável obra que teve por foco sua vivência durante a guerra⁵. O trabalho mais conhecido é *A Retirada da Laguna*, no qual narrou a derrota da pequena colônia brasileira da qual fez parte em 1867. Muitos historiadores consideram-na uma das principais fontes para qualquer especialista que queria se debruçar intelectualmente sobre aquele conflito bélico (VAINFAS, 2002, p. 323). Mas Taunay também se serviu daquele período de sua vida para elaborar muitos outros escritos (MALEVAL, 2017, p. 44-61).

A produção do Visconde de Taunay também foi intensa em outro momento-chave da nossa história, após a Proclamação da República. Por meio de escritos notadamente memorialísticos, como *Memórias* (1948), literários, como *O encilhamento* (1894), ou jornalísticos, como os artigos reunidos em *Império e República* (1933) e *Pedro II* (1933), o autor se posicionou de maneira firme na contestação do novo regime. Taunay, entre revoltado e sofrido, parecia encarar a República como um fato lamentável, porém “consumado e irreversível”, motivo que justificaria seu não envolvimento em campanhas sistemáticas e coletivas pelo retorno da monarquia no Brasil (MARETTI, 2006, p. 47-48).

Fazia parte, portanto, daquele grupo mencionado anteriormente, de monarquistas que encaravam o novo tempo como uma fatalidade. Nos dizeres de Angela Alonso, “O monarquismo de pena foi um decadentismo. Mais do que projetar novo estado de coisas, exibia atitude *blasé* com respeito ao presente, ancorada na nostálgica idealização do passado e num catastrofismo quanto ao futuro” (2009, p. 143). Ainda que não possamos creditar ao Taunay uma “atitude *blasé*” em relação ao presente, já que, longe disso, ele nunca foi indiferente ao que estava acontecendo, concordamos com Alonso quanto à noção de uma intelectualidade que escancarava a decadência da novidade republicana. Não à toa, o último romance do visconde intitula-se *No declínio* (1899) e narra a história de uma viúva que vivia “[...] numa sociedade maldosa, sem piedade nem entranhas, ávida de escândalos para os quais concorre o que depois profliga com fingida indignação” (TAUNAY, 1926, p. 6).

O sentimento de desgosto resume os anos finais da vida do escritor⁶. Com a partida de D. Pedro II, por quem nutria profunda admiração, teve início uma nova era, que, na qualidade de

5 A atuação de Taunay na Guerra do Paraguai, desde 1865, não pode ser dissociada da produção letrada dela decorrente. Pode-se supor a existência de uma decisão consciente e precoce do autor de escrever sobre a experiência da guerra (COSTA, 2020, p. 166).

6 Tal como a protagonista do já mencionado *No declínio*, que em um dos últimos diálogos do livro diz: “O senhor caminha para a luz, eu dela me aparto... Um vai ao encontro da claridade, outro da sombra” (TAUNAY, 1926, p. 68).

ruptura, afastava-se da constância que caracterizava o Império. Não era irrisória, portanto, a preocupação que demonstrava com o futuro, inclusive no plano pessoal, enquanto pai. Em carta destinada ao filho Afonso, por exemplo, prevenia sobre as dificuldades, uma vez que não se podia mais contar, como outrora, com a segurança advinda da influência do sobrenome: “Não há dúvida, que precisas estudar bem e te encarreirares convenientemente, porquanto cada qual hoje, sobretudo e no estado atual das coisas, só deve contar consigo só”. Se antes, no tempo do Império, tudo era facilitado pela posição e importância paternas, agora restava confiar no “[...] esforço próprio, tanto mais quanto escassearam e muito os recursos com que podíamos contar” (TAUNAY *Apud* ANHEZINI, 2006, p. 84-85).

Em que pesem os exageros de uma tal afirmação, visto que a família Escragnolle Taunay seguia contando com alguma segurança financeira e social, a preocupação do pai não é completamente desmedida. A novidade apresentada pela República trouxe a insegurança também dos novos tempos. O que antes era o valor mais importante, agora dizia pouco ou quase nada: a linhagem⁷, que não à toa remonta a uma noção de continuidade aristocrática, deixava de ser central. “Qualquer um” poderia ascender social e economicamente de forma meteórica – sob a égide da modernidade acelerada ocasionada por 1889 (ALONSO, 2009). Fato que, convenhamos, também causou a tristeza de muitos republicanos que viram se desenhar após a primeira década do novo regime não a sociedade “perfeita, progressista e racional” que fora sonhada nos anos de 1880, mas a da “mediocracia”⁸.

Isso obviamente provocava mais fortemente os ânimos da antiga elite imperial. Taunay, como ex-membro do Partido Conservador e, em um aparente paradoxo, ansiando por reformas modernizadoras, trabalhava para continuar na administração pública quando o golpe aconteceu. Uma de suas pautas favoritas, o fim da escravidão, representou de certo modo um inimigo comum contra o qual uma parte da sociedade imperial se impunha, desde a década de 1870. Após a abolição, essa “geração” viu-se em disputa sobre a gerência das mudanças políticas⁹. A ambiguidade observável na carreira política do Visconde de Taunay importa aqui, pois ainda que fizesse parte de uma elite imperial engajada e ciente da necessidade de continuidade do regime

7 Segundo Karina Anhezini, linhagem era o valor que mais aparecia na correspondência endereçada ao seu filho Afonso (2006, p. 83).

8 “Ao contrário da sociedade perfeita, progressista e racional que se desenhou na década de 1880, o que se via, concretamente, era a ascensão de Zé-ninguéns, de pessoas desclassificadas e de arrivistas que ficavam muito ricos da noite para o dia. Agora, no lugar de bailes como o da Ilha Fiscal, as grandes festas da Capital apresentavam um desfile deplorável: pessoas mal ajambradas e muitos uniformes. A mediocracia, enfim” (MELLO, 2011, p. 133).

9 Alonso utiliza a noção “Geração de 1870” para identificar, a despeito da diversidade de seus membros, um movimento que surgiu com a crise do Império e que tinha como experiência social compartilhada a de marginalização frente às instituições centrais da sociedade imperial. Tal não era, evidentemente, o caso do Visconde de Taunay (ALONSO, 2000, p. 44 e p. 50).

monárquico, ele era um reformista, e um dos que mais atuou favoravelmente, no Partido Conservador, de pautas controversas, como a da união civil, da imigração e da abolição (MARETTI, 2006, p. 36).

Mesmo assim, podemos presumir que “O desaparecimento do Império pôs abaixo sua carreira política, a perspectiva de futuro e o lastro social. Essa conjunção de estragos gerou amarguras intensas” (ALONSO, 2009, p. 139). Com isso, recorrentemente fez uso de distinções para demarcar os dois tempos¹⁰. O novo tempo impôs-se ao antigo, do Império e da figura sempre bondosa do imperador (TAUNAY, 1971, p. 30-31). Na ótica de Taunay, iniciava-se o período marcado pela “enfermidade moral” (1971, p. 115), que afetava todas as esferas da sociedade, incluindo sua economia. Assim, a política econômica instituída por Rui Barbosa, que tinha por objetivo o incentivo à industrialização¹¹ e se baseou na liberação de créditos bancários por meio das incessantes emissões de moeda, não podia representar outra coisa que não a falsidade do regime republicano.

Não por acaso, *O encilhamento* é uma história de amor e de traição. O triângulo amoroso formado por Laura, Menezes e Alice é a metáfora do episódio que dá título ao livro: a primeira personagem atua como a personificação, por sua grande perfídia e amoralidade, da “miragem do encilhamento” (HOHLFELDT, 1998, p. 122-123). Dona de grandes encantos, Laura mostrava-se fácil a quem a quisesse como amante, apesar de casada. Já Menezes fora por ela ludibriado, apaixonando-se perdidamente; da mesma forma, deixou-se enfeitiçar pelas promessas de enriquecimento rápido através do encilhamento. Contudo, após muitas decepções, o protagonista se desfaz do caso e consegue retomar o caminho “do bem”, ao lado de Alice, prima benevolente da vilã da história. Abandona igualmente, antes de ter mais prejuízos, suas atividades na bolsa de valores.

O romance era, portanto, uma crítica direta à República e ao seu modelo econômico. Pode ser interpretado, como apontou Angela Alonso, como “descrição e sintoma” da nova sociedade, a partir de um membro da Corte acostumado com a lentidão da sociedade imperial e, portanto, espantado com a intensidade da sociedade republicana, que “quebrava maneiras e distâncias aristocráticas” (2009, p. 141). Tal como outros escritos publicados no período, é possível observar uma oposição drástica entre os dois modos de vida representados pelo capitalismo e pela

10 Distinções que foram uma constante na cultura letrada após o golpe republicano. Algumas são destacadas também por Mello, que traz à tona a categorização proposta por Reinhart Koselleck, de “pares assimétricos”, para compreender de que forma monarquistas e republicanos encaravam a novidade da República. Como exemplo, do lado republicano, a monarquia era associada aos conceitos de tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização e teologia. Enquanto isso, para república tinha-se: liberdade, soberania popular, chefe eleito, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência (MELLO, 2009, p. 16 e p. 29).

11 Ao contrário do Império, que privilegiava a agricultura (TAUNAY, 1971, p. 71-72).

aristocracia. De um lado, a busca por lucro desenfreada, reprovada moralmente por Taunay, o desprezo pelos “emergentes” e a falta de lustro dos cidadãos; do outro, a honra (ALONSO, 2009, p. 142), o brilho da Corte e, como já foi dito, a linhagem. Valores, portanto, conflitantes, que personificavam diferentes tipos de sociedade, em dois tempos.

Escrito no momento em que o próprio Taunay vivia as algúrias de ter perdido grande parte de sua fortuna¹², *O encilhamento* saiu editado pela primeira vez na *Gazeta de Notícias*, em 1893¹³. Esse periódico existia desde 1875 e foi um dos mais populares da capital federal durante os primeiros anos republicanos. Curioso perceber que o seu objetivo no momento de fundação era lutar por pautas como a abolição da escravatura e a proclamação da República – esta última, fonte da melancolia do visconde –, contando com nomes de peso nos editoriais, como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e José do Patrocínio. Após 1889, a *Gazeta de Notícias* funcionou como órgão antimonarquista, sendo, inclusive, favorável a Rui Barbosa e à sua política do “encilhamento”, tão criticada no texto de Taunay (ASPERTI, 2006; LEAL, s/d).

A novela, editada em folhetins pela *Gazeta de notícias*, e também no formato de livro pela Livraria Magalhaes, no ano seguinte, foi assinada por “Heitor Malheiros”. Taunay recorreu muitas vezes ao uso de pseudônimos para seus escritos. O mais conhecido deles é Sylvio Dinarte, que assinou muitos de seus romances, contos e peças teatrais, além do livro *Céus e terras do Brasil*. Houve, ainda, Eugenio de Mello, Jorge Palmer, Flávio Elysio e, evidentemente, Heitor Malheiros. Na imprensa, foram adotados os pseudônimos A Sentinela, Tory, A velha de Syracuse, Carmontaigne, André Vidal, Mucio Scaevola, entre outros. Maria Lídia L. Maretti verifica nessa tendência uma prática que não era apenas de Taunay, mas uma constante no século XIX, e que tinha a ver com o preconceito que ainda existia contra o gênero romanesco (sobretudo a literatura), visto como um “gênero secundário”, no dizer de Brito Broca. Além disso, discorre sobre o fato de que Taunay precisava de uma liberdade para escrever e publicar com a qual não contava em vida. Daí a adoção dos pseudônimos (MARETTI, 2006, p. 57 e p. 86-87).

Para José Murilo de Carvalho, tanto o pseudônimo, quanto o anonimato eram recursos “[...] aceitos como prática legítima no ambiente de grande liberdade de opinião que marcava a época”. Para o especialista, entretanto, nenhum dos dois significaria muita coisa, pois nos poucos círculos da elite letrada imperial, “[...] o segredo não resistia por muito tempo” (CARVALHO, 2009, p. X). Ainda que seja possível concordar com as duas análises, consideramos relevante o desejo de Taunay de se proteger dos problemas que poderiam ser causados por seus textos, sobretudo no caso

12 Taunay foi vítima do encilhamento, como escrevem no prefácio de *Memórias* seus filhos, Afonso e Raul: “[...] graças às consequências de tal período de insônia coletiva, perdera a situação em que se encontrava, em fins de 1889, de homem largamente abastado” (TAUNAY, 1948, p. 10).

13 Para essas informações, ver o prefácio escrito por Afonso Taunay à publicação (TAUNAY, 1971, p. 7).

de *O encilhamento*. Forçoso comentar, nesse sentido, que o autor estava tratando de um tema real, com personagens reais. Apesar de ter modificado o nome de alguns deles no texto final, era possível ao leitor contemporâneo identificar a quem ele se referia. Sobre isso, Veridiano Carvalho comenta no prólogo da edição por nós consultada de *O encilhamento*: “Narrados como estão no romance os fatos, as denominações metafóricas são substituídas, mentalmente com os nomes verdadeiros, pelo leitor que os conheceu ou teve deles notícias em 1890, 1891 e 1892” (1971, p. 14). Antônio Hohlfeldt indica sobre o artifício utilizado por Taunay para mudar os nomes dos personagens “reais” por outros semelhantes (Mayermeyer aparece como Mayrink, o Barão de Lamarim é, na verdade, o Barão de Alto Mearim, e assim por diante), garantindo uma identificação entre os nomes, *a priori*, mas também os elementos de verossimilhança com a realidade (HOHLFELDT, 1998, p. 120).

O pseudônimo utilizado em *O encilhamento* só seria abandonado na segunda edição do texto, publicada postumamente, em 1923. O texto, irônico e mordaz, foi a forma encontrada por Taunay para levar a público sua opinião sobre os últimos acontecimentos. Apesar de sempre ter buscado adotar uma postura de clara discordância em relação a eles, Taunay preferiu se esconder atrás de Heitor Malheiros. Medo de represálias que pudessem trazer novas dificuldades para si e sua família? Possivelmente. Já havia perdido o montante de suas economias, e, muito além disto, a alta posição política e social que possuiu até 1889.

A edição pela Livraria Magalhaes recaiu sob os ombros do filho do visconde, Afonso, como em tantas outras ocasiões. Importante comentar que naquele tempo Afonso já possuía uma carreira acadêmica consolidada: era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico de São Paulo desde 1911 e diretor do Museu Paulista, a partir de 1917¹⁴. De modo a preservar a memória paterna e, por que não, ordená-la dotando-a de um sentido, foi o principal responsável pela ampla reedição e organização de textos do Visconde de Taunay, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1940¹⁵.

Assim como fez com *O encilhamento*, o Visconde de Taunay preferiu se precaver dos possíveis problemas que outros escritos poderiam lhe causar. Daí a ideia de recolher na “arca do sigilo” do IHGB os papéis que começou a escrever logo após o fim da monarquia, em 1890, sob o

14 A passagem de Afonso ao IHGB se deu concomitantemente à sua entrada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1911. A partir da década de 1920, ele começou a publicar vasta obra, sendo considerado um dos principais historiadores do bandeirantismo. “Taunay entrou para a História da historiografia brasileira como o historiador das bandeiras, o historiador de São Paulo e do Brasil, um dos responsáveis pela cristalização da imagem bandeirante que interessava à elite política da qual fazia parte, o criador da memória bandeirante [...]” (ANHEZINI, 2006, p. 11). Em 1929 passou a ocupar a cadeira 1 da Academia Brasileira de Letras. Disponível em:

<http://www.academia.org.br/academicos/afonso-de-taunay/biografia>. Acesso em: 13 ago. 2018.

15 Outros estudiosos que se detiveram a reunir sistematicamente as publicações de Taunay foram Augusto Alves do Sacramento Blake, Arthur Motta e Odilon Nogueira de Matos (MARETTI, 2006, p. 53 e 105).

título provisório de *Trechos de minha vida* (TAUNAY, 1948, p. 9). A mesma instituição da qual saíra anos antes de forma intempestiva, agora seria a responsável por proteger a autobiografia do monarquista.

Isso porque o IHGB, conquanto fosse composto majoritariamente de monarquistas naquele início de vida republicana, teve que se adequar aos novos tempos¹⁶. Até mesmo por uma questão prática: subsistia basicamente através de subvenção estatal. Assim, em 1891, não só pareceu aceitar o novo regime, como deu ao chefe do governo provisório, Deodoro da Fonseca, o título de presidente honorário do Instituto (IHGB, 1891, p. 183-184).

O mesmo não conseguiu fazer o Visconde de Taunay. Já afastado da vida política desde 1889, era a vez de dar adeus à agremiação, que passou então a abrir “[...] de par em par as suas portas aos grandes e quase analfabetos argentários, crismando os sócios beneméritos, mas chupando-lhes bons cobres” (TAUNAY, 1971, p. 192). A mesma desmoralização política e econômica da República que narrava em *O encilhamento* estaria presente na instituição que, até pouco tempo antes, era um dos grandes símbolos da impecabilidade do Império. Frente a tais transformações, Taunay ausentou-se impetuosamente da academia responsável por alegrias que haviam ficado no território do passado:

Abstraindo de personalidades, levantou a imprudente proposta gravíssimo problema de ordem moral, que o Instituto Histórico resolveu de modo mais deprimente e menos digno possível.

Quando a academia de medicina e outras associações científicas e literárias, onde de todo o tempo existiram elementos de republicanismo e patente oposição à monarquia não se lembraram de manifestações daquela ordem, foi o Instituto Histórico que rompeu a marcha.

Bom proveito lhe faça.

Tenho, aliás, por certo, que o mesmo Sr. marechal Manoel Deodoro da Fonseca, deverá ter ficado bem desagradavelmente surpreendido com a tal pretendida prova de apreço e com o juízo exarado sobre os seus serviços por quem viveu mais de quarenta anos só de meigo influxo e da constante afeição do Sr. D. Pedro II.

Quanto a mim, declaro: Desta data em diante não faço mais parte desse instituto (TAUNAY, 1891)¹⁷.

Maior clareza para o motivo do rompimento, impossível. O incidente entre Taunay e o IHGB está eternizado nas páginas do *Jornal do Commercio* de abril de 1891, onde o então orador

16 Enquanto Ângela de Castro Gomes e Maria de Lourdes Janotti apontam para essa associação entre o IHGB e o antigo regime, mesmo após 1889, Hugo Hruby demonstra, através de levantamento sucinto dos sócios à época, que o IHGB se esforçava para estabelecer laços com a República (HRUBY, 2007, p. 50-53). Francisco Gouvea de Sousa (2015) também analisa a complexidade da relação entre o Instituto e o governo recém-instaurado.

17 Trecho extraído do *Jornal do Commercio* de 23 de abril de 1891, consultado no Arquivo do IHGB, Ref. Lata 330 – Pasta 6, sob a descrição: “Incidente entre o ... e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo fato de haver sido proposto o general Manoel Deodoro da Fonseca presidente honorário desse Instituto (Recortes do *Jornal do Commercio*)”. Taunay era, na época, um dos sócios mais ativos do IHGB: atuava desde 1869 como seu orador.

da associação¹⁸ se exprimiu contrariamente à proposta de eleição de Deodoro da Fonseca para presidente honorário do grêmio:

Sinceramente sinto não haver assistido à sessão de sexta-feira última [do IHGB], pois teria com energia impugnado a proposta da aclamação do Sr. generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca a presidente honorário. Entendo que aquele cidadão nada tem com essa associação e que ela coisa alguma deveria ter com S. Exa. Lamento deveras, que o Instituto Histórico, no meio dos contínuos sarcasmos de que é vítima, não queira assumir o papel de retraimento e modéstia, único que lhe quadra, entregue só aos trabalhos da sua competência e, exatamente pela natureza e feição deles, mais voltado para as coisas de outrora, do que para os triunfadores e poderosos do dia (TAUNAY, 1891)¹⁹.

Ainda que não houvesse um consenso completo de como a instituição histórica deveria se portar frente aos novos tempos republicanos, apenas Taunay pareceu se ressentir tanto com as mudanças sugeridas, a ponto de deixar para sempre a associação. Formalizando o pedido feito no *Jornal do Commercio*, ele anunciava ao primeiro secretário da instituição seu desligamento total do IHGB em bilhete datado de 14 de maio de 1891²⁰. O medo de que algo semelhante ocorresse na Academia Brasileira de Letras fez com que Taunay, ao saber da ideia de sua constituição, em 1896, escrevesse uma carta a José Veríssimo pedindo que ela fosse criada sem vínculos com a República (ANHEZINI, 2011, p. 3).

Mesmo assim, em agosto de 1892 foram colocados os quatro primeiros tomos da autobiografia – já nomeada como *Memórias* – no arquivo secreto do IHGB, a arca do sigilo (MALEVAL, 2017, p. 56), “[...] envoltos em papel impermeável, arsenicado [sic], e, novamente, em papel alcatroado, sendo o invólucro, em diferentes pontos, lacrado, com o sinete do depositante, sobre uma rede de fios metálicos” (TAUNAY, 1948, p. 10). A intenção de Taunay era de escrever mais do que aqueles quatro tomos e de, aos poucos, reunir os excertos novos junto aos antigos no arquivo do Instituto. Como, porém, os últimos anos de sua vida foram turbulentos e sua saúde viu-se cada vez mais debilitada, não conseguiu completar o feito a que se propôs; o trabalho ficaria limitado até a década de 1870, com o quarto tomo que já se encontrava na arca.

A publicação pela editora Melhoramentos²¹, muitos anos mais tarde, foi levada à frente pelo

18 Cargo que Taunay assumiu na década de 1870, substituindo Joaquim Manuel de Macedo.

19 Trecho extraído do *Jornal do Commercio* de 21 de abril de 1891, consultado no Arquivo do IHGB, Ref. Lata 330 – Pasta 6, sob a descrição: “Incidente entre o ... e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo fato de haver sido proposto o general Manoel Deodoro da Fonseca presidente honorário desse Instituto (Recortes do *Jornal do Commercio*)”.

20 O pedido se fez da seguinte forma: “Peço a VS^a queira comunicar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que desde o dia 21 de Abril corrente passado me considero desligado dessa Associação, sentindo não ter podido prestar-lhe mais serviços do que nas minhas forças lhe prestei, desde 1869” (TAUNAY, 1891).

21 Vale notar que boa parte das publicações póstumas do Visconde que tiveram a curadoria de seu filho Afonso saíram à luz pela editora paulistana Melhoramentos, fundada em 1890 pelo coronel da Guerra do Paraguai Antônio

trabalho dos filhos do memorialista, Afonso e Raul Taunay – sobretudo pelo primeiro –, e incluiu artigos esparsos que o Visconde havia escrito e publicado na imprensa: “A minha escolha senatorial”, que saiu à luz em 1897, e outros estudos contidos em *Reminiscencias e Homens e Cousas do Império*²² que seus descendentes consideraram “[...] perfeitos capítulos suplementares destas *Memórias*” (TAUNAY, 1948, p. 13). Isso justifica o porquê de a narrativa impressa ir até 1886, ainda que os cadernos guardados no IHGB fossem tão somente até o período imediatamente anterior à conclusão da Guerra do Paraguai.

Nota-se, entretanto, que algumas partes da autobiografia já haviam sido publicadas antes da introdução dos papéis na arca do sigilo, na *Gazeta de Notícias*. Mais tarde outros excertos foram impressos no *Jornal do Commercio*, na *Gazeta de Petrópolis*, na *Tribuna de Petrópolis* e em um almanaque do Rio Grande do Sul (TAUNAY, 1948, p. 10). Quando Afonso se tornou sócio do IHGB foram lidas passagens, então inéditas, das *Memórias*, do que se depreende que havia cópias (ao menos de partes) do manuscrito em poder da família. Naquele evento, o filho considerou que seria oportuno apresentar episódios vinculados à escrita das obras principais de seu pai – na tentativa, quem sabe, de criar um “roteiro para a sua futura produção”²³.

Apesar de a escrita memorialística do visconde centrar-se entre a infância e a Guerra do Paraguai, é evidente a presença marcante da crítica à República na sua autobiografia. Isso porque baseia-se na memória, que está em constante mudança e manipulação, e tem o presente como norteador: aquilo que se escolhe lembrar ou esquecer diz mais sobre o tempo que se vive do que do passado que é rememorado (CATROGA, 2001, p. 37-52; NORA, 1993; POLLACK, 1992). Essa pressão da “memória involuntária” revela “[...] a influência do presente (da rememoração) sobre o passado, que não pode mais ressurgir com as garantias pretendidas de pureza, isenção ou neutralidade” (MARETTI, 2006, p. 157). Assim, ao longo de toda a narrativa são estabelecidas comparações entre o “novo” e o “velho”, a República e o Império, respectivamente.

Vale notar, juntamente com Wilma Peres Costa, a importância desse gênero de escritos memorialísticos entre “reformadores monárquicos”, como era o caso de Taunay e também de Joaquim Nabuco. A partir do estímulo de outro letrado de renome, Joaquim Maria Machado de

Proost Rodovalho. No ramo político, Rodovalho foi camarista do município de São Paulo e presidente da Câmara entre 1866 e 1870 pelo Partido Conservador. Era abolicionista e apoiou a República. Disponível em: <http://www.melhoramentos.com.br/v2/historia>. Acesso em: 13 ago. 2018.

22 Esses dois trabalhos foram editados e publicados por Afonso Taunay, que, em 1908, imprimiu *Reminiscencias* pela primeira vez. Era um volumoso compêndio de escritos deixados por seu pai, publicados, alguns deles, na imprensa fluminense e paulista. Na segunda edição de 1923, Afonso considerou melhor – por razões de mercado editorial, como deixa entrever no prefácio da obra – dividir a matéria, publicando nessas novas *Reminiscencias* apenas dois terços do que constituía a primeira edição. O restante faria parte de *Homens e Cousas do Império* (TAUNAY, 1923).

23 Além dos fragmentos das *Memórias*, Afonso leu na sessão trechos de outras obras do pai, como *Inocência*, *A Retirada da Laguna*, *Diário do Exército* e *Céus e terras do Brasil* (ANHEZINI, 2011, p. 12-13).

Assis, aparece como recorrente a experiência de escrita da história do Império partindo do olhar biográfico e/ou autobiográfico (2016, p. 21-22). Ao pensar sobre a *nostalgia imperial*, Ricardo Salles dá especial enfoque a essas produções intelectuais: além da “decepção republicana”, o que explicaria a força da ideia monárquica foi a valorização dos tempos da monarquia a partir de 1889, muito em função de projetos de monta, como os de Nabuco, *Um estadista do Império* (1898) e *Minha formação* (1900) – uma biografia e uma autobiografia, respectivamente. Neles, havia uma valorização do período pretérito enquanto construtor da nação (2013, p. 25-26), sendo os anos de Império lidos como “tempos de grandeza e identificação com ideais maiores que dificilmente o novo regime poderia alcançar ou sobrepujar”, lembrados sempre pelas grandes conquistas: a Independência, a manutenção da unidade nacional e a Abolição (2013, p. 27).

A nostalgia do Império nascia, assim, como obra de historiadores, políticos e intelectuais que, até os anos de 1930, encetaram a “valorização nostálgica do Império como uma espécie de reserva moral que, direta ou indiretamente, acabava por reforçar a ordem republicana excludente” (SALLES, 2013, p. 12)²⁴. Taunay – assim como seu filho Afonso, responsável por grande parte da edição de sua obra desde o início do novecentos – certamente se enquadra nesse panteão, pois, ao lembrar do passado com profundo saudosismo, ele evidenciava sua tristeza pelo presente, no momento em que impunha a si crescente “automarginalização” (MARETTI, 2006, p. 148). Em diversos momentos das *Memórias* ele se revolta contra o novo regime, que pôs fim a tudo aquilo que ele tanto amava – às cerimônias²⁵, às hierarquias, à tradição do Império e, acima de tudo, a D. Pedro II. E era sempre com notória inquietação que ele se insurgia contra a República:

Como poderia eu, (*entre parêntesis*) conciliar toda essa série de gratas reminiscências, tão suaves ao meu espírito e que rodeiam a ideia da monarquia de tamanho prestígio, como sagradas tradições, com a atual ordem das coisas? Não, não; é de todo impossível! Fora o abandono vil e miserável dos melhores e mais puros sentimentos, que se aninham no peito humano. A outros, que não experimentara, desde criança, o influxo de tantas impressões, a volubilidade de opiniões (TAUNAY, 1948, p. 61 – grifos nossos).

Para Taunay, o Brasil tinha chegado a um invejável patamar nos anos finais do governo de D. Pedro II. Era, na década de 1880, uma monarquia constitucional que havia, inclusive, abolido a escravidão²⁶. “Quando exatamente alcançáramos o ideal por que tanto parecia almejar o Brasil – o monarca constitucional a reinar só sem governar – apontou-se a D. Pedro II o caminho do exílio!”

24 Para Salles, a “nostalgia imperial” é mais causa do que efeito do que denomina de uma “produção historiográfica” que começou justamente em 1889 (2013, p. 30).

25 A nostalgia aparece, por exemplo, quando narra o ritual de sua colação de grau de bacharel em letras no Colégio Pedro II (TAUNAY, 1948, p. 60).

26 A abolição foi uma das bandeiras que Taunay levantou enquanto político, como já comentamos (MARETTI, 2006, p. 36).

(TAUNAY, 1948, p. 164). Esta passagem, a nosso ver, reforça a noção antes delineada, de que a ideia de evolução – e de progresso, esta “novidade” temporal –, ganhou “mentes” e “corações” tanto de republicanos, quanto de monarquistas (pelo menos nos grandes centros urbanos), tornando-se um “dato inescapável de qualquer percepção do mundo e do Brasil dentro dele” (MELLO, 2009, p. 18). A diferença é que, para um monarquista convicto como Taunay, o fim último a que a sociedade deveria aspirar era a monarquia constitucional, não a república.

A apatia do povo e a esperteza dos políticos, inclusive de senadores e conselheiros de Estado, era equiparada por Taunay à ingratidão dos filhos que maltratam seus pais na velhice. A eles, caberá à história o julgamento, “[...] descarnando os horrores morais desta dolorosa época...” (TAUNAY, 1948, p. 164). Agora, o Brasil era apenas mais uma República, frente a tantas outras. Seu diferencial se fora. É possível verificar grande parte das críticas feitas por Taunay à República, principalmente acerca da “amoralidade” deste regime – tópico de relevância em *O encilhamento*, conforme se verificou –, condensadas na seguinte passagem:

Ah! República, república! Bem a definiu não me lembro mais quem: “É o regime em que cada qual está pronto a sacrificar ao interesse geral o interesse... dos outros”.

Está é a grande verdade! Choque contínuo de ambições pessoais, todos se supõem aptos ao mando supremo, fazendo do cargo que ocupam ocasião de opressão e vexame, tudo no meio de vãs e insanas declamações, em que retumbam a todo o instante pomposos vocábulos, honra, dignidade, consciência, liberdade! [...]

Mais livres hoje no Brasil, do que éramos no tempo da monarquia? Mas é legítima irrisão!

Outrora, tínhamos ufania que atualmente ninguém pode mais nutrir, de haveremos nascido em país sul-americano, exceção de quantos nos rodeavam.

Pertencemos na hora presente à regra geral. Somos simplesmente tão boa república sul-americana como qualquer outra; temos *pronunciamentos*, contínuas deposições, mortandade a valer, bombardeios de navios, lutas fratricidas, enfim todo o cortejo próprio das nações felicitadas pelas constituições organizadas e interpretadas, pelos democratas do nosso continente (TAUNAY, 1948, p. 164).

Tal oposição entre os dois regimes políticos – ou, como pretendemos demonstrar, entre dois tempos – é notabilizada no título *Império e República*, um aglomerado de seis textos²⁷ editados postumamente em forma de livro por Afonso, que haviam sido publicados no *Jornal do Commercio* e n’*O Commercio de São Paulo* entre 1891 e 1896. Importa comentar a forte proximidade de Taunay com o primeiro, sobretudo devido às posições políticas nele impressas: o *Jornal do Commercio* tinha um viés notadamente conservador, sobretudo no período monarquista, além de ser o jornal de prestígio da “boa sociedade”. Com a política de conciliação tornou-se um dos periódicos

27 São eles: “O Tiradentes e nós, monarchistas”, “Algumas verdades”, “O meu nativismo”, “Contra o nativismo” e “Penosa verdade”.

de maior circulação no país até início da República (CARVALHO, 2002, p. 419-421).

Taunay escrevia para o *Jornal do Commercio* desde a Guerra do Paraguai, em 1869, quando atuou como uma espécie de correspondente deste, enviando notícias do *front* no momento em que se desenrolava o conflito bélico. Chegou, inclusive, a pelear com o príncipe Conde d'Eu, seu superior naquela ocasião, desejante de que o destinatário de tais relatos fosse o periódico *A Reforma*, conhecidamente de cunho liberal. Essa discussão foi tão hostil que, em parte, consolidou em Taunay sua identidade política conservadora, algo que julgava ter se iniciado nos tempos da Escola Militar (TAUNAY, 1948, p. 320-321)²⁸.

Em tais artigos publicados em *Império e República*, Taunay propunha comparações entre os dois sistemas de governo, fazendo elogios constantes ao ex-imperador, lamentando sua queda e criticando os atos republicanos. Vale notar, por fim, que grande parte desses artigos era assinado com pseudônimos – uma prática constante do autor, como se averiguou.

Interessante observar o quanto o debate sobre as duas formas de governo trouxe à tona uma gama de assuntos, que pareciam estar muito em pauta naqueles tempos: desde as bases simbólicas do novo regime até questões sobre o nativismo e o caráter federativo do Brasil republicano. O primeiro capítulo, por exemplo, intitulado “O Tiradentes e nós, monarchistas”²⁹, expõe a disputa memorialística em torno deste personagem, alçado à categoria de mito fundador e principal herói do novo regime (CARVALHO, 1990, p. 57). Para Taunay, entretanto, os republicanos não deveriam chamar para si o direito exclusivo da glorificação de Silva Xavier. Isso porque

Não há entretanto, nada mais falso, nem mais contrário à lição da história. Tiradentes sonhou com um fato, que nós, monarquistas soubemos e pudemos realizar – a libertação da terra natal; portanto, também ele nos pertence; é um nobre tipo de patriota grato aos nossos corações de brasileiros (TAUNAY, 1933, p. 5-6).

Considerado o “protomártir” da Independência, Tiradentes passaria a pertencer apenas ao novo panteão inaugurado com o governo de 1889, “[...] bandeira que só se pôde desfraldar entre gente de feição exaltada, exaltadíssima em seus objetivos ultra democráticos, a tal ponto que nesse nome se devem resumir e concretizar todo o programa e intuitos do jacobinismo entre nós” (TAUNAY, 1933, p. 5). “Gente” como Joaquim Francisco de Assis Brasil, em *A República Federal* (1888), que denotava uma “aspiração sagrada” ao advento republicano e instituiu, para tanto, uma tradição que viria a ser de grande uso após o golpe republicano. Em um verdadeiro “batismo de sangue”, o nascimento da República teria se dado justamente com Tiradentes, o grande mártir. A

28 Como argumentamos anteriormente, Taunay fez uma imponente carreira política representando o Partido Conservador na Câmara e no Senado, após a guerra contra o Paraguai.

29 Publicado n' *O Commercio de São Paulo* em sete de fevereiro de 1896.

monarquia não teria esse “mérito sacrificial” (MELLO, 2010, p. 21).

Os primeiros anos republicanos foram de um grande aprendizado, o momento em que “uma variedade de ideias e propostas políticas reveladoras de um amplo leque de estratégias de ação [foram] adotadas por diversos agentes históricos” (GOMES, 2008, p. 284). Alguns confrontos políticos tornaram-se paradigmáticos daquele contexto, como aquele entre monarquistas restauradores e jacobinos³⁰. Mesmo não podendo classificar Taunay como “restaurador”, há que se notar nesta e em outras passagens de *Império e República* seu posicionamento contrário ao jacobinismo, personificado em nomes como Tristão de Alencar Araripe³¹ (TAUNAY, 1933, p. 9-10).

Em “Algumas verdades”³², Taunay reflete sobre o que teria levado ao golpe republicano, um misto de ideais promovidos pelos setores rurais e militares, além do próprio movimento republicano: “[...] o *desgosto*, o *desejo de vingança* e a *habilidade*; *desgosto* da classe militar ou antes da força de terra, *desejo de vingança* do fazendeirismo e *habilidade* de alguns republicanos históricos” (TAUNAY, 1933, p. 22 – grifos do original). Já em “Penosa verdade”³³, ele justifica, a partir da índole pacata dos brasileiros, a falta de movimentação para fazer críticas frente à República:

Reconheço que a índole brasileira é excepcionalmente pacata, ou antes disposta a aceitar os fatos como eles se apresentem, buscando melhorá-los e não complicá-los. Pelo que tenho observado, raros são aqueles que aplaudam a proclamação da república; ainda mais raros os que deixem de fazer justiça inteira a D. Pedro II e de lamentar a iniquidade de que foi vítima aquele digno soberano; mas também muito poucos encontram em si força bastante para externarem tais opiniões e preferem fazer *contre fortune bon coeur*; embora com a dignidade pessoal muito muito arranhada (TAUNAY, 1933, p. 80).

Através do exposto, é possível reunir num mesmo conjunto de textos antirrepublicanos o romance *O encilhamento*, diversas páginas das *Memórias*, além do opúsculo *Império e República*. De um modo geral, o que enraivecia Taunay era o que considerava um desconhecimento político daqueles que elogiavam o novo regime. Para ele, o Brasil ainda se encontrava, evolutivamente falando, num degrau baixo em termos de educação política. Aqui, novamente, parece dialogar com um conjunto de teorias então em voga – positivismo, evolucionismo, materialismo e cientificismo –

30 Designação usada desde antes do fim da monarquia para os “republicanos radicais”, especialmente os partidários de Antonio da Silva Jardim. No início do século XX o termo passou a ser utilizado como sinônimo de desordeiro, principalmente no contexto da Revolta da Vacina (GOMES, 2008, p. 287).

31 Araripe desejava integrar o Brasil à América, identificando o regime republicano à modernidade. Haveria, segundo ele, uma “disposição inata para a República na América” (SOUZA, 2015, p. 216).

32 Publicado no *Jornal do Commercio* em três de março de 1891.

33 Publicado n’ *O Commercio de São Paulo* no primeiro semestre de 1891.

que percebiam a história a partir de uma marcha inescapável em direção à evolução, o que Maria Tereza Mello denomina como “mentalidade historicista” (2009, p. 18).

Havia, por isso, necessidade de um poder superior, como foi, no passado recente, o de D. Pedro II. Pois foi o imperador o responsável por conter os ímpetus distintos, os diferentes partidos e seus militantes: “O que deu tanta ponderação à marcha do Império, nos quarenta e nove anos do reinado de D. Pedro II, foi a serenidade do monarca, colocado, já pela Lei, já pelo esforço próprio e constante, acima das paixões e do jogo dos interesses” (TAUNAY, 1948, p. 370).

Era disso que necessitava o país: um poder acima dos outros para acalmar os ânimos e fazer surgir as reformas de que o Brasil carecia. Só que esse poder não devia ser de qualquer um, mas prevalecer parte das instituições monárquicas. Até porque, como contou nas suas *Memórias*, Taunay não acreditava muito nos partidos políticos. Fez parte do Partido Conservador, mas em vários episódios não se enquadrou nele (MARETTI, 2006, p. 34 e p. 69). O que não queria dizer que se sentisse tentado a mudar de partido, pois, para ele, “[...] conservadores e liberais, quando em oposição, profligavam rudemente o Monarca, nele vendo o esteio e ponto de partida de todos os abusos, para, uma vez no poder, o apresentarem, nos discursos de defesa, como o tipo mais perfeito do príncipe constitucional!” (TAUNAY, 1948, p. 371).

A despeito da revolta pelo fim da monarquia constitucional brasileira, Taunay pareceu aceitar que a República era irreversível. Tanto que não se envolveu, como outros, no movimento pró-restauração: não aderiu a campanhas sistemáticas e coletivas pelo retorno da monarquia no Brasil (MARETTI, 2006, p. 47-48). A República era, acima de tudo, algo a ser lamentado – e Taunay se esforçou muito em fazê-lo³⁴.

Um “novo tempo” inaugurado pela República

Volvamos depressa os olhos para o consolador passado

(TAUNAY, 1923, p. 125).

Perdidos no seu próprio presente, esses homens vasculham-no em busca de indícios de futuro.

(SEVCENKO, 2003, p. 106).

O “novo tempo” iniciado na última década do século XIX deu início, também, a um tempo de insegurança:

Não, o que há é que em todos desapareceu a inalterável confiança que o Império, com sua organização, suas instituições, sua sinceridade, e com o seu vasto crédito que merecia dos capitães europeus, tão firmemente

34 Segundo Maretti, o sentimento que mais caracteriza a obra de Taunay é o de nostalgia do que *poderia ter sido* o período monárquico, mais do que o que ele realmente foi (2006, p. 67).

incutira, quedando, em lugar de todo aquele belíssimo conjunto a incerteza e o medo, sim, o medo, do futuro (TAUNAY, 1933, p. 88).

Como indicou o historiador alemão Reinhart Koselleck, a forma como os homens relacionam-se com o tempo pode ser explicitada através da dependência entre *experiência* e *expectativa* (KOSELLECK, 2006, p. 306). Dito de forma simplista, aquilo que se espera do futuro teria relação direta com as experiências vividas. Logo, a quebra do “espaço de experiência” promovida pela ascensão de um novo regime político e de todo um novo modelo de sociedade necessariamente levaria a um “horizonte de expectativa” de incertezas. Da mesma forma, a mudança de um planejamento de futuro que levasse em conta a continuidade monárquica também abre as portas para novas experiências.

Ainda que com ressalvas, é possível utilizar este aparo teórico para analisar o contexto em questão. O advento republicano foi marcado por uma série contínua de crises políticas, com ondas de deportações, deposições, degolas e exílios que atingiram principalmente as elites tradicionais do Império, mas não só: tendeu “[...] a eliminar da cena política os atores mais comprometidos com os anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais férvidas do republicanismo” (SEVCENKO, 2003, p. 36-37). Tudo isso colabora com a instabilidade vivida no presente – momento de grande euforia (MELLO, 2011, p. 136) – e a apreensão em relação ao futuro.

O que parecia chamar mais a atenção do Visconde de Taunay eram as rápidas mudanças promovidas desde 1889, em todos os âmbitos: social, econômico, político e cultural. Como apresenta em *O encilhamento*, a nova política econômica também estabelecia outras relações sociais e modificava a “moralidade” que regia a sociedade de Corte. De acordo com Nicolau Sevcenko, houve um revezamento das elites, com a elevação do novo modelo burguês argentário como padrão vigente de prestígio social. Esse processo de aburguesamento, sobretudo da sociedade carioca, parecia, na ótica de um monarquista convicto como Taunay, soterrar os ideais éticos e a compostura discreta e cortês da elite que a precedera. As relações sociais passavam, então, a serem regidas pelos padrões econômicos e mercantis, fazendo com que se diluíssem as diferentes posições que cada um ocupava na nova hierarquia, abrindo para algo que era denominado com desdém por homens como Taunay como “sentimento democrático” (SEVCENKO, 2003, p. 38; p. 53; p. 55-56; p. 97-99).

Foi a intitulada mudança democrática que o fez nascer – essa democracia ávida de gozo, de luxo, e no fundo cheia de arrogância aristocrática, quando o regime monárquico era todo diferente na orientação que dava ao Brasil, e pregava pelo exemplo a modéstia e a igualdade (TAUNAY, 1933, p. 101).

Esse movimento “democrático” tinha a ver com a emergência de uma nova ideia de tempo,

presente nos anos finais do Império (MELLO, 2009, p. 16). E, nela, não parecia haver espaço para a monarquia, vislumbrada por muitos como uma espécie de Antigo Regime tropical, que funcionava sob a égide da repetição. Para os republicanos, a quebra apresentada por 1889 significava uma visão otimista de futuro: ainda que aberto e infinito, havia a esperança no progresso (MELLO, 2010, p. 19-21). Para os monarquistas, era a decadência, mesmo entre os que intuía sua necessidade histórica.

Aqui, assumimos a obra do Visconde de Taunay como um – dentre muitos, vale notar – notável testemunho dessa consciência da historicidade do tempo. Nos dizeres de Maria Tereza Chaves de Mello, “[...] república e monarquia se consubstanciam como os conteúdos concretos de diferentes tempos: do passado e do futuro. E naquela oportunidade conjuntural deu-se a novidade de que tais temporalidades fossem simultaneamente vivenciadas” (2010, p. 22).

Taunay, como homem entre dois tempos, tal qual François-René de Chateaubriand³⁵ na interessante análise elaborada por François Hartog, parecia assustado com a aceleração do tempo e a consequente perda dos pontos de referência que ela acarretava. A partir dos dois escritores, em que pesem os contextos e as trajetórias específicos, vislumbramos a compreensão de uma nova ordem do tempo, visto que souberam fazer “[...] dessa experiência da ruptura dos tempos, dessa fenda ou brecha, a própria razão de sua escrita” (HARTOG, 2013, p. 93). Mas, ao contrário do literato francês contemporâneo ao movimento revolucionário, que via o presente como algo inapreensível, o futuro imprevisível e o passado incompreensível (HARTOG, 2013, p. 112), para Taunay o que ainda garantia alguma segurança era o passado monárquico. Nostálgico até o fim, ele é um exemplo do que Sevcenko denomina de “utilitarismo intelectual”: engajou-se através da pena até o fim da vida, porque essa parecia ser a única condição ética para um homem de letras (2003, p. 97-99).

Referências

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 85, p. 131-148, nov. 2009.

_____. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, out. 2000.

35 Diga-se de passagem, Chateaubriand escreveu uma autobiografia, suas *Mémoires d'outre tombe* (concluídas em 1841), que, conjecturamos, parece ter tido enorme influência na proposta memorialística do Visconde de Taunay. Assim como o literato francês, Taunay indicou o desejo de publicação póstuma de suas *Memórias*, após 50 anos de sua morte. Mas no caso de Chateaubriand, a sua vontade não foi respeitada e seus escritos foram impressos pela primeira vez no mesmo ano da sua morte, em 1848. Sabemos, com mais certeza, que um contemporâneo do visconde se inspirou livremente na obra de Chateaubriand: desde o título, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis demonstra aproximações com o texto do escritor (ZILBERMAN, 2017).

ANHEZINI, Karina. Comemoração, memória e escrita da história: o ingresso de Afonso de Taunay no IHGB e a reintegração do pai. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais* [...] São Paulo: USP, 2011.

_____. *Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. 237 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista - Campus de Franca, Franca-SP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103116>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica. *Contemporânea (Título não-corrente)*, v. 4, n. 2, p. 45-55, 2006.

AZEVEDO, Dúnya. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, p. 81-97, jul./dez. 2009.

BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp, 2014.

BLOCK, Maurice. *Dictionnaire général de la politique*. Tome second (B-Z). Paris: Librairie Académique Didier, 1884. Disponível em: <https://archive.org/stream/dictionnairegn02bloc#page/n7/mode/2up>. Acesso em: 29 dez. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Apresentação. In: ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: ABL, p. VII-XXVIII, 2009.

CARVALHO, Maria Lígia. Jornal do Commercio. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 419-421, 2002.

CATROGA, Fernando. Memória e historiografia. In: *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, p. 37-52, 2001.

CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, p. 211-238, 1992.

COSTA, Wilma Peres. Escavando ruínas: memória, fronteira e escrita da História na narrativa de Alfredo Taunay. *História da historiografia*. Outro Preto, n. 22, p. 15-41, dezembro 2016.

_____. Uma viagem de retorno traçando caminhos: o ingresso de Alfredo Taunay no IHGB. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, a. 181(482), p. 161-202, jan/abr. 2020.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 284-302, jul.-dez. de 2008.

GUERRA, F-Xavier, LEMPÉRIÈRE, A. et al. *Los espacios públicos en Iberoamerica:*

ambigüedades y problemas, siglos XVIII-XIX. México: FCE, 1998.

GUIMARÃES, Lucia. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOHLFELDT, Antônio. *O encilhamento: um estudo literário como narrativa histórica metonímica*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 97-126, set. 1998.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2500>. Acesso em: 16 jul. 2020.

IHGB. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo LIV - Parte II. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1891.

JOUHAUD, Christian. *Mazarinades: la Fronde des mots*. Paris, Aubier, 1985.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LEAL, Carlos Eduardo. *Gazeta de notícias*. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>. Acesso em: 25 jul. 2018.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.

MALEVAL, Isadora. A Guerra do Paraguai sob a ótica do Visconde de Taunay. *Outros tempos*, São Luís, vol. 14, n. 23, p. 44-61, 2017.

MARETTI, Maria Lídia. *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. *Tempo* [online], Niterói, vol.13, n. 26, p. 15-31, 2009.

_____. A República e o Sonho. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, p. 121-139, jan/jun 2011.

_____. República versus Monarquia: a consciência histórica da década de 1880. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 16-22, jan./abril 2010.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MUDROVIC, María Inés. Políticas del tempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis

contemporâneos? *ArtCultura*, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, jan./jun. 2018.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIRINELLI, Jean-François; ORY, Pascal. *Les intellectuelles en France: de l'affaire Dreyfus à nos jours*. Paris: Éditions Perrin, 2004.

SOUSA, Francisco Gouvea de. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. *História da historiografia*, Outro Preto, n. 18, p. 213-230, agosto 2015.

TAUNAY, Visconde de. Carta de ... ao 1º secretário do Instituto Histórico, desligando-se das funções que exercia. 1891. 1 f. Arquivo do IHGB, Rio de Janeiro, Brasil. Ref. Lata 331 – Doc. 15.

_____. *Império e República*. São Paulo: Melhoramentos, 1933.

_____. Incidente entre o ... e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo fato de haver sido proposto o general Manoel Deodoro da Fonseca presidente honorário desse Instituto (Recortes do *Jornal do Commercio*). Arquivo do IHGB, Rio de Janeiro, Brasil. Ref. Lata 330 – Pasta 6.

_____. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

_____. *No declínio*. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

_____. *O encilhamento*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1971.

_____. *Reminiscências*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ZILBERMAN, Regina. Memórias de Chateaubriand no Brasil. *ABRALIC*, Niterói, v. 19, n. 31, 2017.